

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 78/XIII/2.^a SL

Aos dezassete dias do mês de maio de 2017, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na Sala n.º 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 74, 75 e 76/XIII/2.^a SL;
2. Apreciação e votação na especialidade da seguinte iniciativa legislativa:
Projeto de Lei n.º 366/XIII (2.^a) GP/PS - Procede à primeira alteração da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto, que aprovou o regime jurídico aplicável ao nadador-salvador em todo o território nacional, no que respeita à supervisão de atividades em piscinas de uso público.
3. Apreciação e votação do Relatório referente "Portugal na União Europeia - 2016"
Relator - Deputado Vitalino Canas (PS);
4. Distribuição de iniciativas Legislativas:
Projeto de Lei 456/XIII/2.^a /CDS - Cria o Regime Excecional de Indexação das Prestações Sociais dos Deficientes das Forças Armadas - (Comissão competente é a 10.^a CTSS e Conexão com 3.^a CDN) - Cabe ao GP/PS;
5. Projeto de Resolução n.º 824/XIII/2.^a /PSD - Plataforma Continental - (Comissão competente é a 3.^a CDN, conexão com a 7.^a Comissão);
6. Nova apreciação:
Projeto de Lei 340/XIII/2.^a/PCP - Altera o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR);
Projeto de Resolução 843/XIII/2.^a/BE - Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR);
7. Apreciação e votação da Nota de Admissibilidade referente à Petição n.º 309/XIII/2.^a - Solicitam que o suplemento especial de pensão, atribuído aos antigos combatentes, seja substituído pela antecipação da idade da reforma"
Nomeação de relator (cabe ao GP/PSD)
8. Informações;
9. Outros assuntos.

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Aberta a reunião, pelo Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Miranda Calha (PS), o Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) solicitou que a apreciação e votação do relatório referente "Portugal na União Europeia - 2016", de que era relator, fosse efetuada no início da reunião, o que foi aceite.

Apresentado o relatório, intervieram os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), João Rebelo (CDS-PP) e João Soares (PS) - no sentido de expressarem consonância com o conteúdo do relatório e de trocarem opiniões a acerca do papel da Europa na atual política internacional e da situação criada com o Brexit -, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) - que entende que, na definição das estratégias da União Europeia, são confundidos os conceitos de segurança e de defesa, contrariando os princípios constitucionais, pelo que declarou não poderia votar favoravelmente o relatório - e o Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) - que se referiu à incapacidade da União Europeia para lidar com problemas como a xenofobia ou a imigração.

Submetido a votação, foi aprovado com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, a abstenção do BE e o voto contra do PCP.

O Senhor Vice-Presidente Miranda Calha (PS) manifestou a necessidade de acompanhar as questões da Europa da Defesa e da interação entre a UE e a Reino Unido da Grã-Bretanha, que considerou vital para os novos equilíbrios que é necessário assegurar; por outro lado, lembrou que a pressão das ameaças atuais está a alterar o modo como é vista a interdependência entre defesa e segurança nos países da Europa.

Foram então submetidas a apreciação e votação das atas n.ºs 74, 75 e 76/XIII/2.ª SL, tendo sido aprovadas por unanimidade.

No que se refere à distribuição de iniciativas, foram os Senhores Deputados informados que o Projeto de Lei 456/XIII/2.ª /CDS - Cria o Regime Excepcional de Indexação das Prestações Sociais dos Deficientes das Forças Armadas - que havia baixado à Comissão por conexão, já tinha sido discutido na generalidade e aprovado, em conjunto com outras trinta iniciativas relativas à problemática das pessoas com deficiência, tendo baixado à Comissão de Trabalho e Segurança Social, enquanto Comissão competente para apreciação e votação na especialidade.

Quanto Projeto de Resolução n.º 824/XIII/2.ª /PSD - Plataforma Continental -, o GP do PSD informou que posteriormente indicaria se preferia discuti-lo no Plenário ou em Comissão.

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

No ponto destinado à Apreciação e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 366/XIII (2.ª) GP/PS - Procedeu à primeira alteração da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto, que aprovou o regime jurídico aplicável ao nadador-salvador em todo o território nacional, no que respeita à supervisão de atividades em piscinas de uso público -, constatou-se que deram entrada uma proposta de alteração ao n.º 3 do artigo 31.º, apresentado pelo PCP do seguinte teor: “Os serviços previstos no número anterior tornam-se facultativos quando, fora do horário normal de funcionamento, a piscina esteja a ser exclusivamente usada por atletas federados na modalidade de natação devidamente supervisionados por técnicos habilitados com suporte básico de vida.”; outra, do GP PS, de alteração ao mesmo número com o seguinte texto: “Nas piscinas de empreendimentos turísticos, quando utilizadas exclusivamente pelos seus hóspedes, e nas piscinas destinadas à prática desportiva de ensino, manutenção, formação e competição, no período em que decorrerem essas atividades, a presença de nadadores-salvadores referida no número anterior é facultativa, desde que seja assegurada vigilância e mantido disponível o material e equipamento de informação e salvamento definido pelo ISN”; e outra, do mesmo GP de alteração ao n.º 3 do artigo 38.º, cujo teor é o seguinte: “A contratação de nadadores salvadores pode ser efetuada através de associações de nadadores-salvadores legalmente reconhecidas ou de Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.”.

Intervieram no debate que se seguiu os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP), Diogo Leão (PS), António Cardoso (PS), João Castro (PS), que fundamentaram as propostas de alteração apresentadas pelos seus grupos parlamentares e para as quais contribuíram as audições efetuadas.

Os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), João Rebelo (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e João Vasconcelos (BE) manifestaram algumas dúvidas acerca da segurança dos banhistas, designadamente no que se refere a empreendimentos turísticos, se fosse aprovada a formulação proposta pelo GP PS. A questão foi debatida, tendo sido deliberado por unanimidade adiar a votação para a reunião seguinte, no sentido de proceder à tentativa de encontrar um texto de consenso, identificadas que foram as razões das dúvidas manifestadas.

No ponto destinado à nova apreciação do Projeto de Lei n.º 340/XIII/2.ª/PCP - Altera o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) e ao Projeto de Resolução n.º 843/XIII/2.ª/BE - Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP)

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

propôs que nesta fase se procedesse à audição das associações profissionais de praças, sargentos e oficiais das Forças Armadas, proposta que foi unanimemente aceite.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) sugeriu que fosse constituído um grupo de trabalho composto por um elemento de cada grupo parlamentar que procedesse às audições e que apreciasse a iniciativa na especialidade, intervindo o plenário da Comissão apenas na fase da votação. Foi igualmente aprovado unanimidade esta proposta.

Finalmente, foi submetida a apreciação e votação a Nota de Admissibilidade referente à Petição n.º 309/XIII/2ª - Solicitam que o suplemento especial de pensão, atribuído aos antigos combatentes, seja substituído pela antecipação da idade da reforma" – tendo sido aprovada por unanimidade e designado relator o Senhor Deputado Pedro Roque (PSD).

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 12:30, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de maio de 2017.

O VICE-PRESIDENTE

(MIRANDA CALHA)

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Firmino Pereira
João Rebelo
João Soares
João Vasconcelos
Jorge Machado
José de Matos Correia
José Miguel Medeiros
Luís Pedro Pimentel
Marco António Costa
Miranda Calha
Pedro Roque
Rosa Maria Bastos Albernaz
Rui Silva
Vitalino Canas
Hugo Lopes Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Bruno Vitorino
Carlos Costa Neves
Miguel Coelho



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro

Clara Marques Mendes

Idália Salvador Serrão

Pedro Filipe Soares